

PORTARIA AGU Nº 328 DE 21/05/2013 - DOU 23/05/2013

Altera o caput do artigo 1º da Portaria nº 305, de 15 de maio de 2013.

PORTARIA ICMBio Nº 191 DE 22/05/2013 - DOU 23/05/2013 (Ministério do Meio Ambiente)

Aprova o Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural - Serra das Almas, no Município de Crateús/Ceará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.361 DE 21/05/2013 - DOU 23/05/2013 (Ministério da Fazenda)

Dispõe sobre a aplicação dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e exportação temporária.

Dica do Dia

No DVD *Juris Plenum Ouro* e no *Plenum online*, ao pesquisar nos modelos de sentenças e despachos, pode-se digitar uma ou mais palavras no campo "Modelos". A pesquisa será realizada apenas nos títulos.

Também pode ser digitada apenas uma parte da palavra seguida de asterisco.

Exemplo: interdi*

A pesquisa localizará ocorrências que contêm as palavras *interdição*, *interdito*, *interditada*, etc.

Destaque

Jucá mantém multa de 40% do FGTS na demissão de domésticos/font>

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou nesta quarta-feira (22) o texto do projeto de lei complementar que regulamentará a emenda constitucional do trabalho doméstico (EC 72/2013). Ponto que gerou polêmica, a multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão está prevista no texto. O projeto também trata de questões como os turnos diferenciados, o banco de horas, o Simples Doméstico e o parcelamento de débitos dos empregadores com o INSS.

Para que as mudanças entrem em vigor, o texto ainda terá que ser aprovado pela Comissão Mista de Consolidação das Leis e depois pelos plenários da Câmara e do Senado. O presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) prevê que, após a apresentação do projeto à comissão, em reunião marcada para as 14 horas da quinta-feira (23), haja pedido de vista pelos parlamentares. A votação, então, ficaria para a semana que vem.

- A ideia é convocar uma nova reunião para o dia 29 e aí já decidir a posição da comissão especial. Esse relatório então seguirá para o plenário da Câmara ou do Senado sem passar por outra comissão - previu Vaccarezza, que disse esperar a aprovação pelo Congresso ainda neste semestre.

Inicialmente, a ideia de Jucá era reduzir a multa para 10%, o que não foi aceito pelo governo. Como solução, o projeto prevê o pagamento diluído ao longo dos meses. Diferentemente do que ocorre com os trabalhadores em geral, a multa será paga sempre que o trabalhador for dispensado,

independentemente de haver ou não justa causa. Segundo Jucá, a caracterização da justa causa é mais difícil no ambiente doméstico.

- A relação doméstica do trabalho é uma relação de confiança, é uma relação de intimidade em que é difícil caracterizar o que é demissão com ou sem justa causa, então nós acabamos com essa discussão. Todos terão direito - afirmou Jucá.

A solução encontrada pelo senador para garantir o pagamento da multa foi o depósito adicional mensal de 3% do salário do empregado ao FGTS. Esse percentual equivale a cerca de 40% do que é pago mensalmente ao FGTS (8% do salário). Ou seja, em vez de depositar 8% no FGTS, ele depositará 11%, mas já estando com a multa devida na demissão previamente paga.

Em contrapartida, esses 3% adicionais ao FGTS serão descontados do valor pago pelo empregador à Previdência Social, assim como o seguro contra acidentes de trabalho, no valor de 1%, pago pelo empregador. Com isso, em vez dos atuais 12%, o empregador pagará 8% ao INSS.

- Para o empregador, é uma conta que fica anulada, não tem ganho nem perda e ele fica sem pagar a multa de 40% de uma vez só como é a legislação para as demais categorias - apontou o senador.

Fonte: www.senado.gov.br

Notícias

STF

[Julgada improcedente ADI contra lei mineira sobre adaptação de coletivos para deficientes](#)

[PIS e COFINS não incidem sobre transferência de créditos de ICMS de exportadores](#)

[Provido recurso contra aumento na contribuição previdenciária de autônomos](#)

[Rejeitado recurso de empresa de cigarros sobre requisito para funcionamento](#)

STJ

[Alienação de imóvel para divisão da herança é barrada pelo direito real de habitação](#)

[Assédio sexual de professor contra alunas da rede pública é ato de improbidade](#)

[Contratação sem concurso pode justificar condenação por improbidade](#)

Mantida exclusão de policial que emprestou arma usada em crime

Reconhecida sucessão do Grupo JB por empresas de Tanure

Tribunal reconhece competência da Justiça estadual para decidir sobre reintegração de Pinheirinho

TSE e TREs

TRE-BA - Cassados prefeitos de Campo Formoso e Amélia Rodrigues

TRE-MG - Tribunal reverte cassação do prefeito de Gonzaga

TRE-SP - Prefeita de Bálsamo continua cassada

TST e TRTs

TST - Contato com menores doentes não garante insalubridade a agente da Fundação Casa

TST - Cutrale deverá indenizar colhedor de laranja que perdeu dedo por picada de jararaca

TST - Empregador pagará R\$ 360 mil a família de agricultora morta em acidente ao retornar do trabalho

TST - Empresa de lixo é condenada por acidente em prensa de compactação

TST - Ford pagará R\$ 1 milhão a família de empregado morto em explosão

TST - Herdeiros de bancário morto em rodovia do Tocantins vão receber indenização de R\$ 100 mil

TST - Impossibilitado de trabalhar após acidente, operário receberá indenização

TST - Jari Celulose terá de indenizar empregado vítima de acidente em R\$ 150 mil

TST - Motorista perde dois dedos ao fazer conserto em ônibus

TST - Prescrição impede que herdeiros de caseiro morto em acidente recebam indenização

TST - Tribunal mantém bloqueio de conta de sindicato condenado por conduta antissindical

TST - Turma mantém indenização a operário com problemas motores em função do trabalho

TRFs

TRF1 - Anac não pode exigir certidões negativas de débito para renovação de serviço de táxi aéreo

TRF1 - ECT deve indenizar empresa por atraso em entrega de correspondência

TRF1 - Tribunal nega a armazém indenização por prejuízo em feijão recebido da Conab

TRF1 - Turma nega isenção do imposto de importação sobre aparelhos ortopédicos

TRF2 - Publicada decisão que limita paralisação das obras do Comperj ao emissário submarino

TRF4 - Tribunal suspende liminar e devolve pedágios da Convias para governo gaúcho

Tribunais Estaduais

TJAM - Prefeitura de Parintins terá que realizar concurso público para educação até o final deste ano

TJCE - Acusado de estuprar a própria filha tem pedido de liberdade negado pela 1ª Câmara Criminal

TJCE - Banco do Brasil é condenado a pagar R\$ 7 mil de indenização por falha no fechamento de conta

TJCE - Cliente ganha na Justiça indenização por ter sido acusado injustamente de furto em pousada

TJCE - Operadora de telefonia móvel deve pagar R\$ 30 mil por inscrever indevidamente nome de cliente no SPC

TJCE - Seguradora e concessionária são condenadas por demora no conserto de veículo

TJCE - Vítima de agressão policial deve receber R\$ 100 mil de indenização do Estado

TJDFT - Construtora deve pagar lucros cessantes por atraso na entrega de imóvel

TJDFT - Plano de saúde é condenado a custear reconstrução de mamas

TJES - Depoimento de vítima é válido para condenar acusado

TJGO - Farra dos coronéis: Tribunal proíbe Estado de promover militares por agregação

TJMA - Air France indenizará artista maranhense por extravio de obras

TJMG - Empresa é condenada a indenizar policial por constrangimento sofrido em

boate

TJMG - Militar é condenado a 101 anos de prisão

TJMS - Construtora deverá arcar com aluguel de cliente até entrega de imóvel

TJMS - Cooperativa é condenada a devolver mais de 400 mil quilos de soja

TJMS - Homem será submetido a tratamento por comunicar crime falso

TJPA - Jurados da 3ª Vara de Belém absolveram réu acusado de homicídio simples

TJPA - Júri de Santarém condena acusado de assassinato

TJPA - Pleno reconheceu direito de grupo de servidores da Polícia Civil para receber gratificação de nível superior

TJPB - Desembargador mantém afastamento preventivo de Policiais Militares de Campina Grande

TJPB - Justiça condena Banco Santander e o Atlântico Investimentos a indenizar cliente por danos morais

TJPB - Justiça determina ao Governo do Estado que faça nomeação de candidato aprovado em concurso

TJPB - Pleno nega mandado de segurança a prefeito de Tavares em caso de processo licitatório

TJRS - Negada soltura de suposto envolvido na fraude do leite

TJRS - Reparação para mãe e filho por queda dentro de ônibus

TJSP - Empresa condenada a indenizar passageiro vítima de contaminação em cruzeiro marítimo

TJSP - Homem é condenado a mais de 29 anos por estupro de filha e amiga dela

Demais Órgãos

MPF/AM - Investigados por exploração sexual infanto-juvenil de indígenas são presos

MPF/AM - Liminar determina que Funai conclua processo de demarcação da terra indígena Murutinga

MPF/AM - Ministério Público Federal pede informações à Secretaria de Saúde do Estado sobre tratamento de câncer

MPF/AP - Ministério Público Federal processa quatro ex-secretários de saúde por improbidade administrativa

MPF/MA - Ministério Público Federal quer garantir uso adequado de herbicida utilizado no plantio de soja transgênica

MPF/PE - Ministério Público Federal acompanha medidas para tratamento de câncer pelo SUS

MPF/RJ - Ministério Público Federal assina acordo para revitalização da marina de Arraial do Cabo

MPF/SC - Celesc deve desfazer ligações elétricas em área de restinga em todo o Estado

MPF/SP - Justiça Federal determina cadastramento das famílias da Estação Parada Lima

PGR - Norma que trata da atuação do juiz no plantão judiciário é inconstitucional

PGR - Vinculação de subsídio de procurador do Amapá ao de ministro do STF é inconstitucional

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais